

PASTORES DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS: do apoliticismo escatológico ao aparelhamento moralista

PASTORS OF THE ASSEMBLIES OF GOD: from escatological apoliticism to moralistic approach

Marina Aparecida Oliveira dos Santos Correa *

Resumo

Neste artigo, objetiva-se ilustrar a expansão, institucionalização, visibilidade e poder que os pastores assembleianos construíram a partir da década de 1930; e ainda, como os pastores passaram por um processo de transformação social e política, que os levaram na atualidade a ocupar cargos políticos de relevância nacional, a ponto de ocuparem a metade das cadeiras no Congresso Nacional e serem conhecidos como *Frente Parlamentar Evangélica*. O recorte temporal se dá a partir da década de 1940, apontando alguns contatos dos pastores assembleianos na esfera político-partidária até a Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Esses fatos exteriorizam a construção do poder centralizado por esses pastores no campo assembleiano ao longo de sua história, com alterações imensas, suscitando questões interessantes das dinâmicas produzidas internamente por essa denominação. Analisar as Igrejas das Assembleias de Deus (ADs) atualmente, requer muito mais do que uma simples leitura, para não ser surpreendido com uma formação complexa e dinâmica. É preciso, ao contrário, aprofundar-se na história, conhecer a sua trajetória, a primeira formação pastoral dessa instituição, da indiferença a visibilidade política nacional. Assim sendo, este artigo visa tratar somente das transformações sociais, políticas e econômicas do campo assembleiano, citando vez ou outra, grupos oriundos de outras vertentes pentecostais.

Palavras-chaves: Pentecostalismo. Assembleias de Deus. Pastores. Transformação social e política.

Abstract

The objective of this article is to illustrate the expansion, institutionalization, visibility and power that the assembled pastors built from the 1930s; and as the pastors underwent a process of social and political transformation, which led them now to hold political positions of national relevance, to the point of occupying half of the seats in the National Congress and being known as the Evangelical Parliamentary Front. The temporal cut occurs from the 1940s, pointing out some contacts of the Assemblies in the party-political sphere to the National Constituent Assembly (ANC). These facts exteriorize the construction of the centralized power of these pastors in the Assemblies throughout their history, with immense changes, raising interesting questions of the dynamics produced internally by this denomination. Analyzing the Churches of the Assemblies of God (ADs) today, requires much more than a simple reading, not to be surprised by a complex and dynamic formation. It is necessary, on the contrary, to deepen in history, to know its trajectory, the first pastoral formation of this institution, indifference to national political visibility. Therefore, this article aims to deal only with the social, political and economic transformations of the Assemblies field, mentioning, from time to time, groups from other Pentecostal perspectives.

Key-words: Pentecostalism. Assemblies of God. Pastors. Social and political transformation.

* Doutora em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC São Paulo). Atualmente, pós-doutoranda na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e bolsista PNPd/CAPES/PPGR/UFS. Também é membro da Rede Latino-Americana de Estudos Pentecostais (RELEP) e vice coordenadora do grupo de pesquisa Observatório Multidisciplinar de Religiões e Religiosidades (OBSERVARE) da Universidade Federal de Sergipe.
E-mail: marinasantoscorrea@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

[...] fazendo um balanço, vejo que todas as coisas são feitas sobre coisas móveis, como o tempo e as alternativas (...). O tempo, caminhando no sentido inverso do que costumamos pensar, vai nos oferecendo opções que, escolhidas muitas vezes ao acaso, constroem o tecido de nossa existência (MENDONÇA, 2008).

Não é difícil entender quando se fala em religião. Todos conhecem, todos defendem, e a “minha religião” sempre é melhor que a dos outros. Parafraseando Ana Paula Filippini (2013, p. 9), religião governa países. Religião molda comportamentos. Religião define ética e moral. Religião desperta curiosidade. Religião preenche a alma. Religião desafia a razão. Religião cura. Religião também é negócio.

É verdade que existem diversos fatos e versões que circundam a versão oficial de qualquer história. Falar sobre o pentecostalismo no Brasil é sem dúvida uma tarefa árdua. Por um lado, parece que esse assunto não traz muitas novidades, podemos até dizer que seria uma questão resolvida; por outro lado, devemos voltar na história, (re)organizar os detalhes do passado, explorar as primeiras lideranças pentecostais que aportaram ao Brasil, observando sua expansão, os processos de institucionalização e as tendências de médio e longo alcance, que vão do cenário social de exclusão às relações de poder bem fortalecidas que foram construídas com o campo político-partidário, nos permitindo articular um discurso, que paulatinamente passou-se a uma atitude positiva desses agentes religiosos.

Sobre estas questões, a articulista dialoga e utiliza-se algumas categorias analíticas do historiador Koselleck. A história, ou a escrita da história, não pode ser pensada tão somente de uma alteração dos significados tradicionais, mas a partir de uma verdadeira revolução nas maneiras de se conceber a vida em geral, de imaginar o que nela é possível ou não, assim como o que dela se deve esperar (KOSELLECK, 2006, p. 11). Nas afirmativas de Koselleck, existe uma dupla direção da relação entre linguagem e mundo cunhada pelo o conceito de história. Se antes, este termo era usado no plural (século XVIII), posteriormente, cada vez mais, o termo história vem sendo usado no singular para designar, “de modo confluyente, a sequência unificada dos eventos que constituem a marcha da humanidade, - a História da civilização ou dos progressos do espírito humano”. (KOSELLECK, 2006, p. 11).

O pentecostalismo no Brasil está ligado, de modo complementar, ao “Movimento de Santidade” em Los Angeles, EUA, no início do século XX, e se expandiu em diversos

lugares do mundo, chegando ao Brasil no ano de (1910), com a fundação da Igreja Congregação Cristã no Brasil (CCB) e, logo em seguida, a fundação da Igreja Assembleia de Deus (AD) em 1911, a primeira na região Sudeste e a segunda na região Norte do Brasil. Essas igrejas chegaram timidamente sem clareza de propósitos ou identidade. Entretanto, nos últimos 40 anos, o mapa religioso pentecostal brasileiro passou por uma revolução inimaginável. O crescimento explosivo dessa vertente desperta uma reflexão sobre os aspectos que estimularam o crescimento da população evangélica no país. O sociólogo Paul Freston se apropria da metáfora das “ondas” para explicar as fases do pentecostalismo brasileiro de 1910-1980 da seguinte forma,

O pentecostalismo brasileiro pode ser compreendido como a história de três “ondas” de implantação de igrejas. A primeira onda é a década de 1910, com a chegada da Congregação Cristã (1910) e da Assembleia de Deus (1911) (...). A segunda onda pentecostal é dos anos 50 e início de 60, na qual o campo pentecostal se fragmenta, a relação com a sociedade se dinamiza a três grandes grupos (em meio a dezenas de menores) surgem: a Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962). O contexto dessa pulverização é paulista. A terceira onda começa no final dos anos 70 e ganha força nos anos 80. Suas principais representantes são a Igreja Universal do Reino (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus, (1980) (...) O contexto é fundamentalmente carioca (FRESTON, 1994, p. 70).

No ano de 2010, este movimento completou cem anos de presença no Brasil. Atualmente, é o segmento de destaque nos ramos cristãos em atividade no território brasileiro. Mendonça (2008) compartilha,

A crença de que o crescimento do pentecostalismo, principalmente em suas variantes, neopentecostais em nosso continente, tornará obrigatórias discussões internas sobre os dilemas culturais, os desafios para a identidade protestante e também sobre a necessidade de se redesenhar o cenário do campo religioso do século XXI [...] (MENDONÇA, 2008, p. 27).

O pentecostalismo veio de baixo. Foi nas baixas camadas sociais, aquelas que estavam sendo marginalizadas pelo crescente processo de industrialização que efervescia na América do Norte, que as novidades começaram a borbulhar. Lá, as barreiras que separavam negros e brancos, ricos e pobres deram espaço para que as seitas se tornassem uma válvula de escape, um meio pelo qual os socialmente marginalizados pudessem se conectar ao sagrado, não de maneira tradicional, mas de um modo popularmente próprio. Pode-se pensar que o pentecostalismo deve ser lido como um movimento de aproximação e distanciamento. Estes movimentos, tentam omitir as relações de influências mútuas que caracterizam a ambos os grupos, protestantes e pentecostais.

A história do pentecostalismo possui fatos extraordinários manifestados de várias maneiras, como o fenômeno da glossolalia (falar em línguas estranhas), o batismo no Espírito Santo, as profecias; também marca a história do negro nos Estados Unidos e, no futuro, em outros países, incluindo o Brasil. Em seus argumentos, Koselleck nos diz que constituem objeto da história social: a investigação das formações das sociedades ou as estruturas constitucionais, assim como as relações entre grupos, camadas classes; “ela investiga as circunstâncias nas quais ocorreram determinados momentos, focalizando as estruturas históricas de médio e longo prazos, bem como suas alterações” (KOSELLECK, 2006, p. 97).

Dessa maneira, pesquisas apontam que o pentecostalismo atua e cresce fundamentado numa teologia evangelística agressiva, adicionando ao ato religioso, o sensacionalismo e o espetáculo, seguido de um “produto doutrinário” vendido como bem de consumo, que intervêm prioritariamente no universo das dores e das angústias, dos conflitos familiares, que necessitam ser tratados de imediato. Tanto é verdade que essa vertente se concentrou junto com a população carente e de baixa renda, abandonadas à sorte das grandes cidades. As instituições religiosas não surgem de acordo com o sentido da cidade, mas ao contrário disso, se formam em lugares e momentos-marco importantes e de grande necessidade e aflições por parte das pessoas à sua volta.

Parafraseando Mendonça, talvez o tempo, caminhando no sentido inverso do que costumamos pensar, foi oferecendo opções que, escolhidas muitas vezes ao acaso, construíram o tecido da existência dos pentecostais. Atualmente, existe uma classe média conservadora de burgueses e profissionais liberais vinculados aos cultos pentecostais. Passos (2000) afirma que, mesmo depois de tantos estudos,

[...] tem no pentecostalismo um paradigma e, sob muitos aspectos, ainda um enigma a ser explicado, uma vez que desafia as exposições teóricas mais comuns sobre a religião, tais como a teoria da secularização, a leitura em chave economicista e as explicações elaboradas pelo próprio evangelismo (PASSOS, 2000, p. 120).

Do exposto, algumas indagações são postas: como os pastores das ADs marginalizados e pouco alfabetizados, conseguiram um “capital simbólico” suficiente a ponto de serem cortejados pelas classes políticas no Brasil? Como se deu o processo de acumulação do capital simbólico desses pastores, no Congresso Nacional? Qual é a releitura desses pastores entre o Estado (o maligno) e a Igreja (a Esposa de Cristo)? A partir do asceticismo religioso (no sentido weberiano) herdado das igrejas tradicionais no

primeiro momento, houve a negação da possibilidade de participação política, encontrando justificativa nas afirmações de Jesus. Se Ele disse “meu reino não é deste mundo” (Jo. 14, 30), então, seus seguidores também não era. Em vista disso, como explicar o posterior envolvimento dos pastores no cenário político nacional, chegando a constituir uma Frente Parlamentar Evangélica em um Estado, que tem como princípio constitucional, a laicidade?

A comunicação será dividida em três tópicos: no primeiro, abordaremos a formação e a submissão dos pastores assembleianos; como eles foram se tornando visíveis e poderosos diante dos missionários suecos da primeira formação das ADs até a década de 1930; em um segundo momento, refletiremos sobre quando os pastores brasileiros começaram a ter visibilidade social, depois da institucionalização e burocratização das ADs; e, em um terceiro e último momento, pontuaremos alguns aspectos sobre a atuação dos pastores assembleianos na Frente Parlamentar Evangélica.

2 EXPANSÃO

A expansão das igrejas ADs é considerada um fenômeno meteórico. Dados do IBGE, divulgados em junho de 2010, informam que os evangélicos no Brasil atingem cerca de 35,6% da população, chegando a 42.275.440 milhões de brasileiros. Deste número, 12.314.410 milhões de adeptos pertencem às igrejas Assembleias de Deus no Brasil, representando 6,46% da população nacional (IBGE, 11/03/13). A população, nesta mesma época, possuía cerca de 190.732.694 (milhões) de brasileiros.

Para entendermos melhor estatisticamente: o IBGE no ano de 2000 informou que a população brasileira era de 169.799.170 (milhões); as ADs contavam com uma membresia de 8.400.000 (milhões), cerca de 4,95% da população brasileira. Já no ano de 2010, observando o crescimento entre a população brasileira e as ADs, temos o seguinte resultado: a porcentagem de assembleianos entre os anos de 2000-2010 aumentou de 4,95% para 6,46%.

Tabela 1 – A porcentagem de assembleianos entre os anos de 2000-2010

	1910	1930	1950	1970	1991	2000	2010
Pop. Brasil	17.438.434	37.675.436	51.944.397	93.139.037	146.814.061	169.870.803	190.732.694
Pop. Urbana	13,6 %	25 %	36,4 %	55,9 %	79 %	81,2 %	84,3 %
Pop. Rural	86,8 %	75%	63,4 %	44,1 %	25 %	18,8 %	15,7 %
ADs Numero de membros	20	13.511	120.000	753.129	2.439.770	8.418.140	12.314.410
% em relação a pop. Brasileira	0,00011 %	0,036 %	0,231 %	0,809 %	1,66 %	4,95 %	6,46 %

Fonte: Censo IBGE sobre o crescimento rural/urbano e as ADs. Read (1967), Rolim (1979).

3 DE PEQUENA SEITA À GRANDE DENOMINAÇÃO DE PODER¹

“Meu reino não é deste mundo” (João, 18:36).

Alencar (2010) em sua obra, “Assembleia de Deus: origem, implantação e militância (1911-1946)”, divide a trajetória temporal dessa instituição religiosa em três fases, a saber:

1ª fase: A implantação de “seita pentecostista” (1911 - 1930);

2ª fase: A institucionalização da Igreja (1930 - 1946);

3ª fase: A oficialização da denominação (1946 - ...).

¹ Segundo Niebuhr, em sua obra *As origens sociais das denominações cristãs* (1992, p. 19): “Nas origens da diferenciação teológica, observamos a presença de importante elemento. Max Weber e Ernst Troeltsch demonstraram quão importantes são as diferenças na estrutura sociológica dos grupos religiosos para a determinação de suas doutrinas. A distinção entre Igreja e seita é a principal. A primeira constitui um grupo social natural semelhante à família ou nação; a outra é uma associação voluntária. A diferença é clara. Os membros da Igreja nascem nela; os membros da seita devem aderir a ela. (...); as seitas são instituições inclusivas, frequentemente de âmbito nacional e acentuam o universalismo do Evangelho; as seitas são de caráter exclusivo, apelam para elementos individualistas do cristianismo e ressaltam as exigências éticas”.

Proponho dar continuidade à tipologia de Alencar com a 4ª fase contemporânea da participação dos pastores assembleianos no Congresso Nacional. Posto isto, tentarei destacar o percurso dos pastores da denominação ADs, percorrendo uma linha temporal, trazendo alguns fatos importantes nesses mais de cem anos de existência; aprofundando a história ou as várias histórias dos pastores dessa denominação, conhecendo sua trajetória, da primeira formação pastoral, até a hodierna atuação política desses pastores nos âmbitos da política nacional.

A consolidação de alguns processos administrativos no decorrer dos anos de fundação e institucionalização pediam mudanças dentro das ADs por parte dos obreiros, desde 1921. Os missionários suecos começaram a realizar reuniões nacionais anualmente. A primeira Conferência Pentecostal realizada pelas ADs ocorreu no ano de 1926, tendo como sede a cidade do Rio de Janeiro, sem a presença dos obreiros, mas com a participação dos missionários suecos que atuavam no Brasil e na Argentina. A reunião ficou conhecida como a Primeira Conferência Pentecostal no Brasil.

Foi a partir deste episódio que os brasileiros começaram a ficar descontentes com as atitudes dos missionários. A primeira reunião com a presença dos obreiros foi realizada nas regiões Norte e Nordeste, no ano de 1929. Até essa data, os obreiros eram apenas cumpridores das decisões e das resoluções a serem implantadas nas igrejas que trabalhavam, não tendo participação alguma nas estratégias e no andamento do Movimento Pentecostal.

Assim, diante dos descontentamentos dos brasileiros, em 1930, foi realizada a primeira Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, na cidade de Natal (RN), assistida por onze missionários suecos e vinte e três líderes brasileiros, com o objetivo colocar um fim na submissão destes pastores diante dos missionários suecos. A partir desta data, as decisões dentro das ADs contavam com a presença, ainda discreta, dos líderes brasileiros que, aos poucos, começaram a ter visibilidade de ordem administrativa.

Dessa maneira, em meio a tantas transformações e devido ao rápido crescimento do número de adeptos, as ADs enfrentaram as opiniões das novas lideranças, (suecos e brasileiros). As ordens dadas pelos missionários suecos já não tinham a força de antes e a influência dos líderes brasileiros, muitas vezes, entrava em choque com a dos suecos (DANIEL, 2004, p. 19-137). Do exposto, as igrejas ADs, passaram a trabalhar com uma administração mista de pastores suecos e brasileiros.

Dessa forma, surgiram novos rumos e, apesar de todos os esforços para acatar as decisões da Convenção Geral, as ADs não conseguiram trabalhar por muito tempo com a

ideia de unidade. A ideia era de um trabalho homogêneo entre os pastores de uma mesma região; mas, à medida que os anos passavam, as igrejas ganhavam contornos cada vez mais distintos em seu meio. A ideia de um trabalho “todos por todos” não se sustentava mais. Na fala de Alencar as ADs entraram na era de “todos por alguns” (ALENCAR, 2013, p. 222). As decisões dos pastores brasileiros começaram a se distanciar dos mandos dos missionários suecos.

Correa (2013) considera a primeira fase das ADs como uma igreja sueca com “jeitinho brasileiro”. Somente a partir da década dos anos de 1940, surgem as ADs brasileiras, lideradas por brasileiros. O Pastor Paulo Leivas Macalão (1903-1982) teve grande participação a administração das ADs. A partir desta época, as fragmentações começaram a ocorrer com mais regularidade criando uma imensa diversidade de Ministérios dentro da denominação, com estruturas cada vez mais autônomas, administradas pelos líderes brasileiros em todo território nacional e no exterior.

Pastor Paulo Leivas Macalão começou a atuar nas reuniões da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB) a partir do ano de 1931, como secretário, logo, os assuntos mais emblemáticos nas questões administrativas das ADs passavam pela sua triagem e, isto, lhe serviu de incentivo e fortalecimento para assumir o respectivo campo garimpado por ele. Afinal, foram anos de pregações nos subúrbios carioca, sob censura de seus familiares. Paulo Leivas Macalão ao desistir de sua carreira militar dedicou-se integralmente na evangelização, e não poupou esforços para evangelizar nos subúrbios do Rio de Janeiro, considerado naquele momento, como zona rural. Paulo Freire, em sua obra “Pedagogia do Oprimido”, aponta:

Mais uma vez os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem a si mesmos como problema. Descubrem que pouco sabem de si mesmos como problema. Descubrem que pouco sabem de si, de seu “posto no cosmos”, e se inquietam por saber mais [...] A violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra que os fez menos [...]. Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (FREIRE, 1984, p. 29-30).

Afirma Foucault: “o poder disciplinar não destrói o indivíduo; ao contrário o fabrica” (FOUCAULT, 2004, p. 20). É sabido também que numa relação de poder, tanto o agente que pretende comandar quanto o que a ele se submete realizam cálculos que visam

maximizar as vantagens a serem obtidas e os custos necessários, em termos de dispêndio, para obter a submissão. Da parte de quem se submete, o cálculo diz respeito ao que ele ganharia ou perderia com a probabilidade de obediência ou com a insubmissão. Compreende-se por meio desses fatos, a formação, institucionalização e visibilidade além das transformações sociais e políticas desses pastores, considerados atualmente como articuladores, em todas as esferas do poder político nacional.

4 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA IGREJA AD (1930-1946).

A década de 1930 representou um momento muito importante, tanto para os missionários suecos quanto para os pastores brasileiros. Os missionários suecos completaram a expansão geográfica das igrejas ADs em todo território brasileiro, alcançando a visibilidade institucional. Deu-se a transferência, de fato, da sede das igrejas de Belém para o Rio de Janeiro; a nacionalização da obra, acompanhada pela mudança para a, então, Capital Federal e para os brasileiros; e a mudança de todos os templos e os salões de reuniões pertencentes à missão sueca para as igrejas brasileiras.

Dessa maneira, as ADs se institucionalizaram, conheceram o peso da burocratização; os pastores conheceram o poder e, a partir de então, ocorreram transformações significativas entre estes e os missionários suecos, as disputas dos campos e as tradições entram em jogo, Pastor Paulo Leivas Macalão é um exemplo que merece destaque. Alencar (2013) pondera que,

Não existe uma data clara, um episódio definidor e, evidentemente a história oficial não conta. (...) *Política*: Macalão vem de uma família rica, de tradição militar, portanto nacionalista (...) Ele não aceitou se submeter à liderança de um jovem sueco (...). Em 1932, quando Vingren vai embora, Nystron assume em seu lugar. Por que não Macalão, que já era um pastor com ministério consolidado na cidade? (ALENCAR, 2013, p. 176-177).

Do Exposto, o Pastor Paulo Leivas Macalão construiu a primeira igreja da Assembleia de Deus no sudeste do Brasil, no bairro carioca de Bangu em 1933. Transferiu a sede da igreja para Madureira, o que seria a origem do Ministério de Madureira, o segundo maior ramo das Assembleias de Deus no Brasil. Os suecos e Macalão tiveram discordâncias administrativas. Uns dizem que foi por causa das regras rígidas impostas por Macalão em suas pregações, no que se refere aos usos e aos costumes, causando censura por parte dos missionários que não viam razões bíblicas para que se pregasse daquela maneira. Outro dizem que o Pastor Paulo Leivas Macalão construiu o seu próprio “império” e não precisava mais das ordens dos suecos.

Assim, Paulo Leivas Macalão tornou-se pioneiro na evangelização de Realengo, de Bangu, de Parada de Lucas, de Santa Cruz, de Campo Grande, da Ilha Grande e de Macaé, ampliando as Assembleias de Deus em outras localidades do Estado do Rio de Janeiro. Nessa época, também a sede do trabalho de Paulo Leivas Macalão já havia sido transferida para Madureira. A partir de Madureira, a igreja cresceu rapidamente para o interior do Rio de Janeiro e para outros estados, tais como: Minas Gerais, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo e Brasília, sob o comando de Paulo Leivas Macalão. No ano de 1941, Macalão requereu personalidade jurídica das ADs administradas por ele, desligando-se administrativamente dos suecos.

A partir de então, as ADs começaram a contar com dois grandes Ministérios: Missão (primeira vertente) e Madureira (segunda vertente). A justificativa é que houve um grande crescimento desse Ministério e, conforme as regras de administração internas das ADs, à medida em que as igrejas congregadas crescem formando um novo núcleo de filiações, essas formam uma nova igreja-sede (Ministério), ganhando emancipação e sustentando as novas redes de congregações.

Dentro desses aspectos, as ADs foram criando novos modelos de governo em seu interior. Ao longo dos anos, a dinâmica dos Ministérios foi se alterando paulatinamente. A ideia de unidade para facilitar os trabalhos locais foi distanciada. Em primeiro lugar, os Ministérios passaram a ter mais autonomia local, formando verdadeiros clãs assembleianos. Os pastores assumiram uma postura mais voltada para o patriarcalismo, com sistema administrativo episcopal e, atualmente, a figura do pastor-presidente tem representatividade semelhante ao de um bispo regional católico – estes (teoricamente) se submetem a hierarquia Papal e, acima do pastor-presidente, ninguém.

João Décio Passos (2000) fundamenta-se na compreensão das transformações sociais urbanas e religiosas pelas quais o Brasil passou entre os séculos XIX e XX, juntamente com o êxodo rural para as grandes metrópoles e crescimento do pentecostalismo no Brasil até o século XXI. Podemos afirmar nas formulações de Passos, que vários setores da sociedade, inclusive as denominações cristãs, buscaram se adequar, empreendendo um processo de adaptação:

Os grupos pentecostais que nascem e crescem na metrópole estruturam um conjunto de representações e práticas religiosas dialeticamente vinculadas a passagem do rural ao urbano. São simultaneamente herdeiros de uma história religiosa lentamente consolidada e que vai configurar o catolicismo popular e reprodutores de uma cultura metropolitana sempre mais hegemônica. Nessa dialética entre passado e presente constituem-se como religião popular da metrópole (PASSOS, 2000, p. 120).

De 1910 a 2017 houve muitas modificações no campo pentecostal, não sendo mais possível a utilização do termo no singular, pois desde o início a vertente assembleiana apresenta e opera suas práticas cúlticas de modos diversificados, nos conduzindo a identificar vários assembleianismos dentro de seu próprio campo. Atualmente, as Assembleias de Deus possuem grupos tão diversos, que indicamos a possibilidade/necessidade de novas conceituações. Diante disso, a necessidade de novas interpretações sobre dinâmicas religiosas contemporâneas provoca questões e indica possibilidades de novos olhares que atualizem e/ou desenvolvam novos conceitos. Para melhor observar o crescimento do campo assembleiano no Brasil:

Tabela 2 – Exemplo da pulverização do campo assembleiano no Brasil (2010)

Assembléia de Deus das Missões Soldado de Cristo	Igreja Assembléia de Deus Ministério Eklesia	Igreja Assembléia de Deus Manancial da Fé
Assembléia de Deus Emanuel	Igreja Ass. De Deus – Ministério Unção de Deus	Igreja Assembléia de Deus Ministério Boas Novas de Jesus
Assembléia de Deus Ministério Deus Forte	Igreja Assembléia de Deus – Ministério Fogo Santo	Igreja Assembléia de Deus Ministério Cristo é Vida
Assembléia de Deus Ministério Palavra da Verdade	Igreja Assembléia de Deus – Ministério Jesus Minha Fortaleza	Igreja Assembléia de Deus Ministério da Palavra
Assembléia de Deus Ministério Palavra da Verdade	Igreja Assembléia de Deus – Ministério Parque Imperial	Igreja Assembléia de Deus Ministério da Palavra
Assembléia de Deus Ministério Poder da Fé	Igreja Assembléia de Deus da Ultima Dimensão	Igreja Assembléia de Deus Ministério da Promessa
Associação Beneficente Assembléia de Deus Reg da Última Hora	Igreja Assembléia de Deus das Missões	Igreja Assembléia de Deus Ministério da Restauração
Comunidade Assembléia de Deus	Igreja Assembléia de Deus Luz Divina	Igreja Assembléia de Deus Ministério Deus de Promessas
Igreja Assembléia de Deus Ministério Deus é Comigo	Igreja Assembléia de Deus Missionária	Igreja Casa de Oração Assembléia de Deus
Igreja Assembléia de Deus Ministério Eklesia	Igreja Assembléia de Deus Missões Jardim São Carlos	Igreja Evangélica Assembléia de Deus – Ministério Casa da Paz
Igreja Assembléia de Deus Ministério Itaquaquecetuba	Igreja Assembléia de Deus Nipo Brasileira de Suzano	Igreja Evangélica Assembléia de Deus - Ministério Deus é Comigo
Igreja Assembléia de Deus Ministério Jesus Minha Fortaleza	Igreja Assembléia de Deus Paes de Barros	Igreja Evangélica Assembléia de Deus – Ministério do Jardim
Igreja Assembléia de Deus Ministério Labareda de Fogo Divino	Igreja Assembléia de Deus Torre Forte é o Nome do Senhor – Ministério Parque Piratininga	Igreja Evangélica Assembléia de Deus Ministério Coroa Eterna
Igreja Assembléia de Deus Ministério Palavra Renovadora	Igreja Assembléia de Deus Unção de Deus	Igreja Evangélica Assembléia de Deus Ministério Cristo é a Vida
Igreja Assembléia de Deus Ministério Taubaté em Suzano	Igreja Assembléia de Deus Vila São José	Igreja Evangélica Assembléia de Deus Ministério de Embu em Suzano
Igreja Assembleia de Deus Ministério uma Vida com Deus	Igreja Evangélica Assembléia de Deus Missão Efraim	Igreja Evangélica Assembléia de Deus Ministério Jardim Santo André
Igreja Evangélica Assembléia de Deus Ministério o Senhor é meu Viver	Igreja Evangélica Assembléia de Deus Missões Resgate de Vida	Igreja Evangélica Pentecostal Assembléia de Deus Unida
Igreja Evangélica Assembléia de Deus Ministério Paes de Barros em São Paulo	Igreja Evangélica Assembléia de Deus Ministério Jardim São José;	Igreja Pentecostal Assembléia de Deus – Ministério Gridewan
Igreja Evangélica Assembléia de Deus Ministério Rev de Jesus Cristo;	Assembleia de Deus A Fortaleza da Fé;	Igreja Pentecostal Assembléia de Dias;
Assembleia de Deus Ministério Deus Cuida de Mim;	Assembleia de Deus "Vida com Cristo";	Assembleia de Deus Betesda;
Assembleia de Deus Renovada do Brasil;		Ministério Canaã da Assembleia de Deus no Brasil;

Fonte: <http://coniipe.org.br/web/02.06.2010>. Levantamento realizando em conjunto com o sociólogo, prof. Dr. Gedeon Freire de Alencar.

A tabela acima cita alguns exemplos das várias vertentes ADs no Brasil. Evidencia-se que essas igrejas são consideradas autônomas. Porém, existem dois grandes Ministérios: Missão (primeira vertente – 1911) e Madureira (segunda vertente – 1941); no ano de 2017, ocorreu mais uma cisão importante na região Norte: os Ministérios ADs do Amazonas e Belém, pastoreados pelos irmãos Câmara romperam com a primeira vertente das ADs: Missão, cujo pastor-presidente eleito no ano de 2017, José Wellington Bezerra da Costa Junior, tem sob o seu comando a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil – CGADB, uma das mais importantes convenções, com inúmeras ADs associadas a esta e as suas convenções nas esferas estaduais em todo Brasil e no exterior. As convenções de Missão e Madureira formam grandes redes de igrejas filiadas tanto na esfera estadual e nacional. Os irmãos Câmara fundaram a terceira convenção nacional: CADB – Convenção das Assembleias de Deus No Brasil, a mais nova convenção assembleiana, mas por ser recente, ainda não temos dados de filiações das ADs a esta convenção.

Pode-se afirmar que as Assembleias de Deus se distanciaram largamente de sua origem; os hábitos praticados atualmente em seus domínios mostram uma igreja que caminha lado a lado com as necessidades sociais vividas no contexto urbano por seus membros, ou seja, uma comunidade massificada, capitalista, tecnológica e globalizada. Com isso, ampliam-se as novas cisões internas e os Ministérios surgem a todo o momento. Os novos pastores, além de acompanhar as novas tendências da sociedade, zelam pela legitimidade adquirida no passado pela igreja. O pertencimento assembleiano sugere uma carreira de respeito, vinculada as tradições anteriores. As novas lideranças têm o desejo de ampliar o poder social, político e econômico em seus Ministérios, conseguir expansão territorial, fazer alianças no âmbito político e dentro das convenções internas, e obter poder.

5 AGORA O MUNDO É O MEU REINO

(...), mas, examinai todas as evidências, retende o que é bom (1 Ts. 5: 21).
A política é boa...
O poder é bom...

A denominação assembleiana conheceu o peso da institucionalização e começa “uma luta fratricida pelo poder político financeiro (...)”. Não apenas enquanto local e espaço de reuniões, mas, sobretudo, uma luta ideológica, onde cada ramo requer para si “originalidade e verdade” (ALENCAR, 2010, p. 51-52). O campo do “sagrado” foi se

ampliando de tal forma, que os Ministérios ADs construíram *mega* templos, organizados com estatutos e regimentos internos.

Esses líderes possuem uma visão empreendedora e *racional*, no sentido de dedicarem-se às atividades de organização burocrática, de administração e de execução de serviços, com foco de expansão em número de adeptos e na transformação de conhecimentos e de bens em produtos modernos (mercadorias, templos e serviços). Com perfis inovadores e ideias macro empresariais, os pastores das ADs sabem o que o seu público quer, deseja e espera de suas igrejas, por isso trabalham para suprir essas necessidades, exatamente como se faz com um cliente no mundo corporativo.

Aplicam a mesma lógica de estratégia para o consumidor final na relação – empresas e clientes, um importante passo na construção de um bom relacionamento; afinal, são os seus adeptos que divulgam os bons resultados dessa parceria no futuro. Becker, citado por Etzioni (1973), define quatro tipos de organizações religiosas desenvolvidas da seguinte maneira:

A estrutura social conhecida como a *Igreja*, constitui predominantemente um corpo conservador que, quanto aos objetivos não está em conflito aberto com os aspectos seculares da vida social e professadamente universais. (...) A *Igreja* totalmente desenvolvida tenta amalgamar-se com o Estado e as classes dominantes, almejando exercer controle sobre todas as pessoas da população (BECKER apud ETZIONI, 1973, p. 249).

As características econômicas das ADs resultam em um processo de organização, elaboradas pelo pastor-presidente, juntamente com uma mesa diretora e seus diversos departamentos. Os Ministérios ADs trabalham centrados em um poder autônomo via pastores-presidente, mantendo uma interdependência hierárquica, mas não sendo interligadas a nenhum outro poder dentro das ADs. Esses pastores possuem uma rede interna, porém interligada, dentro do próprio Ministério, não sendo extensivo, portanto, aos demais Ministérios de outras localidades. Cada Ministério possui independência financeira, administrativa e diferentes formas de atuação, utilizados pelos pastores presidentes, não servindo de regra geral aos demais.

Existe uma forte semelhança no modelo de funcionamento dos Ministérios ADs e o modelo de franquia utilizado nas instituições seculares. As ADs baseiam-se no ambiente, na filosofia de trabalho e no espírito de equipe, negócio conhecido e respeitado pelo consumidor. Seus funcionários são escolhidos e testados, com lealdade e eficiência, diante do franqueador.

Correa (2012) traça paralelos entre as ADs e a “Lei de Franquias” em sua tese de doutoramento, traçando algumas aproximações compreensíveis das ADs em suas diferentes formas de atuação:

[...] pastores-presidente e as igrejas-sede/ ministérios: a filiação de seus pastores a uma convenção estadual; a associação dos mesmos à convenção nacional, e ministérios independentes desassociados das antigas convenções nacionais, além da abertura de convenções próprias, com o modelo de franquia. É correto observar que essas comparações estão voltadas para as igrejas das ADs metropolitanas, mais modernas, não servindo, porém, para todas as igrejas e nem se aplicando às igrejas periféricas, distantes dos grandes centros urbanos. Essas comparações também não abrangem as igrejas dos recônditos nordestinos, que ainda permanecem fundamentalmente familiares. Denota-se que as redes de igrejas ADs consideradas independentes, são as que mais se aproximam das comparações que serão feitas, porém não excluem totalmente as associadas às convenções nacionais mais antigas (CORREA, 2012, p. 200).

Correa (2012), assevera ainda que: “uma determinada igreja que adota o nome AD, pode funcionar anos e anos e abrir uma rede de igrejas, congregações e pontos de pregação, convenções tanto estaduais como nacionais, sem incomodar e sem ser incomodada em seu meio. Nas observações desta autora, “para quem não conhece o sistema de funcionamento das ADs, pode pensar que se trata da uma rede imensa de igrejas com uma administração centralizada e não com funcionamento isolado, como demonstra a realidade” (CORREA, 2012, p. 200).

A despeito dessas semelhanças, onde as ADs demonstram ser um “grupo coeso” de igrejas unidas dentro dos mesmos ideais, com os mesmos propósitos, internamente, os grupos assembleianos agem exatamente ao contrário dessa ideia. As redes assembleianas ADs tornaram-se fonte de um poder centralizado através de sua multiplicidade de Ministérios. Cada Ministério com as suas peculiaridades e interesses individuais centrados nos discursos dos pastores, motiva o indivíduo a reproduzir comportamentos segundo o monopólio da sua instituição.

6 A POLÍTICA É BOA...

Os primeiros pentecostais vindos da vertente norte-americana, no início do séc. XX, eram avessos à participação no campo político, sendo mais voltados para as questões teológicas. A partir da década de 1930, segundo Baptista (2009), houve protestantes presentes na política: “documentos marcantes foram produzidos por pastores e líderes do Rio de Janeiro e São Paulo, pertencentes as denominações evangélicas, ao ensejo das eleições para a Assembleia Nacional” (BAPTISTA, 2009, p. 157). O autor afirma ainda que

a presença dessa vertente no meio político era muito acanhada, porém, com o passar do tempo, novas relações de poder foram surgindo e os interesses foram substituídos por outros.

Campos (2006, p. 36) caminha na mesma linha de Baptista ao afirmar que “os políticos evangélicos começaram a surgir com maior desenvoltura a partir dos anos 30”, em decorrência das transformações econômicas e sociais possibilitando-os ocuparem uma postura mais voltadas com os problemas urbanos, aparecendo os primeiros pioneiros evangélicos, entre mais de doze nomes citados por Campos, pode-se citar, a Família Gueiros obtido enorme prestígio político em vários estados nordestinos; João Café Filho, Vice-presidente de Getúlio Vargas, era filho de presbiterianos independentes no Nordeste brasileiro, etc. A inserção desses agentes no campo político, citados por Campos, se deu em função da transformação do capital econômico em capital político, o qual foi sendo acumulado por suas famílias ou por si próprios.

O sociólogo Paul Freston (1993), em sua pesquisa de doutorado, intitulada: “Protestantes e Política no Brasil: da constituinte ao Impeachment”, afirmou que a participação dos evangélicos no período republicano antes da redemocratização da década de 1980, era esporádica. Reduzida a poucos representantes e com carreiras políticas não diretamente ligadas às denominações protestantes, os pentecostais reduziam-se a somente um parlamentar no Congresso nessa época.

Segundo Freston (1993), apenas dez parlamentares evangélicos seriam eleitos para a legislatura de 1963-1967 do Congresso brasileiro. Diante desses números aparentemente modestos, a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) inaugurou uma nova era para os evangélicos na política, cuja atuação foi cada vez mais marcada pelas igrejas pentecostais. Foram eleitos **32 evangélicos** para a ANC, sendo **18 deles pentecostais**. A presença evangélica na Constituinte e sua crescente participação nas eleições brasileiras explicariam porque a arena eleitoral teria se tornado privilegiada nos estudos sobre evangélicos e política no Brasil.

Do exposto, seriam os pentecostais apolíticos, alienados e passivos diante do teatro político no Brasil em todo o período pré-Assembleia Nacional Constituinte? Herdeiros dos movimentos de santidade das igrejas evangélicas do século XIX estariam os “pentecostistas” somente direcionando suas energias políticas para as “campanhas morais e religiosas” dentro dos seus templos e em suas cruzadas evangelísticas por todo território nacional?

Sobre a análise de Paul Freston, faço uma releitura sobre essa movimentação, em termo quantitativo, pois, diante de várias pesquisas bibliográficas e empíricas sobre os evangélicos na política, podemos constatar que seus líderes não eram tão apáticos aos movimentos, rupturas e nuances da política brasileira. Delas, pinçamos algumas: no Rio de Janeiro, antiga Capital Federal, local privilegiado dos grandes acontecimentos da República, os líderes da igreja Assembleia de Deus deram provas de sua preocupação com o destino políticos da nação brasileira.

Em telegrama ao presidente Getúlio Vargas (1942), os pastores Paulo Leivas Macalão, Cícero de Lima, Francisco Coelho, Manoel Leite, Samuel Nyström, oferecem “cooperação em defesa dos ideais cristãos, liberdade dos povos, orando continuamente em prol da vitória do Brasil”. O Brasil declarava guerra ao Eixo. Os principais líderes das ADs manifestam seu apoio e solidariedade num momento de crise internacional. Apoio ao “Pai dos pobres” e demonstração de sintonia política. Algo muito além das “campanhas morais e espirituais” de tempos passados².

O jornal de circulação interna das ADs, “Mensageiro da Paz” (MP), aponta correspondência trocada entre o Ministério das Assembleias de Deus do Distrito Federal, e as altas Autoridades:

Exmo. Snr. Presidente Getúlio Vargas, Palácio Catete - Rio.

Nós ministros do Evangelho representando as Igreja Evangélicas Assembléias de Deus no distrito Federal e Estado do Rio, reunidos em presbitério no Campo de São Cristóvão, 338, desta Capital, participamos a nossa solidariedade à V. Exc. e ao vosso Governo, oferecendo a nossa cooperação em defesa dos ideais cristãos, liberdade dos povos, orando continuamente em prol da vitória do Brasil. (a) Paulo Macalão, Cícero de Lima, Francisco Coelho, Manoel Leite, Samuel Nyström³.

A resposta do Presidente Getúlio Vargas é ainda mais significativa:

Paulo Macalão e outros ministros evangélicos.

Presidente da República agradece patrióticas manifestações solidariedade telegrama lhe dirigiste cordiais saudações. (a) Luiz Vergara - Secretário Presidência⁴.

A resposta é dirigida a Macalão “e outros ministros evangélicos”. Por que a preferência ao líder de Madureira? Seria a identificação de Vargas, um líder gaúcho, centralizador e autoritário com outro conterrâneo que o imitava na área religiosa?

² A SEARA. Rio de Janeiro, p. 26-27, 1962. (Sem número de edição)

³ MENSAGEIRO DA PAZ, Jornal. 1^a quinzena de julho, 1966, p. 5.

⁴ MENSAGEIRO DA PAZ, Jornal. 1^a quinzena de julho, 1966, p. 5.

Não por acaso, foi no Rio de Janeiro que o mítico Pastor Paulo Leivas Macalão desenvolve relações próximas com os mais importantes políticos do país naquela época. Pioneiro na evangelização no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, o referido pastor antecipa práticas e estratégias de reconhecimento social e político, somente consagrados décadas depois pela liderança das ADs.

Essa relação de Paulo Leivas Macalão se dá paralelamente ao fenômeno do período do Populismo no Brasil (1945-1964). O líder de Madureira manteve contato com o então candidato à presidência, o Marechal Eurico Gaspar Dutra; fortes vínculos desenvolvidos também entre Paulo Leivas Macalão e o polêmico político paulista Adhemar de Barros. Barros, líder populista e realizador, em plena ascensão da classe trabalhadora urbana, percebeu nos congregados pentecostais um forte potencial eleitoral e estreitou suas relações com Macalão e sua família. A igreja no Rio também fazia parte da agenda de visitas de campanha do ex-governador paulista.

Em contrapartida, Macalão, na época, já implantava um Ministério interregional, conseguiu apoio do poder público para seus projetos de expansão e de reconhecimento social. Práticas comuns no meio evangélico atual foram adotadas na década de 1950, por este “Apóstolo do Século XX”. O Ministério de Madureira antecipou em três décadas o *modus operandi* político dos evangélicos pentecostais. Em plena campanha eleitoral, “mediante a reafirmação de princípios pela liberdade de culto” o Pastor Manoel de Mello, fundador da Igreja Pentecostal o Brasil para Cristo (IPBC), garantiu apoio da IPBC ao candidato à presidência Henrique Lott e assegurou “cerca de 400 mil votos” ao Marechal⁵. O mesmo Lott, em 1959, visitou a CGADB, realizada no Rio de Janeiro, na AD em São Cristóvão, para se apresentar aos nobres ministros do evangelho. Silas Daniel em sua obra, “História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil” (2004), relata que esse evento “teve um significado enorme para os convencionais”. Segundo as narrativas de Silas Daniel, as ADs estavam sofrendo perseguições por parte de líderes católicos, os quais mantinham um vínculo muito estreito com as autoridades brasileiras. O discurso de Lott na CGADB, cita suas “origens evangélicas” e promete que a “liberdade será por ele defendida a todo o transe e os crentes gozarão de todas as garantias que a lei prescreve na Carta Magna” (DANIEL, 2004, p. 317-324).

Especificamente nas ADs, outros casos de candidaturas apoiadas pela igreja são conhecidos. Entre o fim da década de 1950 e começo dos anos 60, o Pastor Luiz Bezerra da

⁵ O GLOBO, Jornal. Rio de Janeiro, ano 36, quarta-feira 28 de setembro, 1960. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

Costa, no Ceará, elegeu-se deputado estadual por três vezes. Em Goiás, o Pastor Manoel Joaquim da Silva conseguiu uma cadeira na Assembleia Legislativa. "Com a lealdade dos pastores e a cooperação dos vários amigos", conseguiu se eleger deputado estadual em outubro de 1958, com "a expressiva votação de 2.668 votos". Tal façanha o credenciou para futuramente, "uma cadeira de Deputado Federal" em Brasília⁶.

Nessa mesma década, o deputado estadual João Gomes Moreira também apareceu na revista de circulação interna das Assembleias de Deus, "A Seara", apresentado pelo pastor presidente da AD mineira Anselmo Silvestre, como "um instrumento de Deus na amenização das necessidades de quantos lhe recorrem". Silvestre afirma: "Os hospitais públicos estão nas mãos do Governo; este, por sua vez, só concede vagas para políticos que para eles legislam, portanto, de quem ele precisa e aí surge a hora de necessitarmos dum nosso irmão em Cristo, como deputado..." E, finaliza: "Enfim, a obra filantrópica que vem executando este nosso representante na Assembleia Legislativa mineira, em benefício da coletividade pentecostal, é deveras perceptível"⁷.

No mesmo período, as ADs no Paraná também se posicionaram politicamente e apoiaram um dos seus membros para um cargo legislativo. Na convenção de pastores paranaenses, no final do mês de fevereiro de 1962, na cidade de Curitiba, uma comitiva de obreiros se dirigiu à sede do Governo do Estado (Palácio Iguaçu) e entregou ao governador Paulo Pimentel, a candidatura de Seme Scaff para a Assembleia Legislativa do Paraná⁸. Joanildo Burity (1997) aponta alguns fatores importantes que alteraram paulatinamente as questões religiosas no âmbito social e político,

[...]. Primeiro, com efeito do processo de modernização do país a partir dos anos 50, surgem gerações de cristãos cuja escolarização e exposição/participação nos debates e na militância universitária, permitem articular um discurso sobre a política a partir da fé, bem como questionar diversos aspectos desta última e das instituições eclesiais, com base nos elementos proporcionados pelo discurso das ciências humanas (BURITY, 1997, p. 9).

Seguindo a linha de raciocínio de Burity, sobre a realidade dos debates acadêmicos, "essa inserção num meio em que se travava um intenso debate ideológico e teórico conjugou-se a incipientes formas de participação em movimentos sociais políticos" (BURITY, 1997, p. 9-10), iniciados nos anos 50. Mesmo assim, essa movimentação ficou "oculta aos olhares dos interlocutores laicos, reconhecida em alguns movimentos, sem

⁶ A SEARA, Revista. Rio de Janeiro, ano 4, n. 3, p. 28, outubro-dezembro, 1959.

⁷ A SEARA, Revista. Rio de Janeiro, p. 26-27, 1962. (Sem número de edição).

⁸ MENSAGEIRO DA PAZ, Jornal. 1^a quinzena de julho, p. 8, 1966.

implicar numa incorporação da mesma como variável analítica relevante” (BURITY, 1997, p. 9-10). Este fato só ocorreu no final dos anos 70 em diante, quando o ativismo religioso entrou definitivamente na agenda dos intelectuais e lideranças políticas e sociais (BURITY, 1997, p. 9-10).

7 DÉCADAS DE 1970-80

Na década de 1970, surgiu um novo contexto religioso ainda mais enfático na dinâmica de massas. O líder da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), o Bispo Edir Macedo, torna-se a personificação da própria instituição religiosa e transfere seu carisma pessoal à igreja. Os preceitos que norteavam a igreja evangélica brasileira, tornaram-se menos rígidos em relação à contraposição às tendências da sociedade de consumo, atraindo, agora, não só os indivíduos das camadas mais populares, mas os das camadas médias da população, com a alteração das características do pentecostalismo clássico, que se tornavam mais aceitáveis para este público, com a diminuição da rigidez de costumes e de condutas.

Para a maioria dos estudiosos do tema, é no processo de redemocratização brasileira, depois de 21 anos de Regime Militar (1964-1985), que os evangélicos, antes pouco representados no Congresso Nacional, têm a sua visualização para a participação política partidária com as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), em 1986. Os exemplos citados contradizem a ideia de que houve somente candidaturas "avulsas", ditas por Paul Freston, de crentes envolvidos em atividades seculares, os quais tiveram condições de arriscar uma carreira política de sucesso. Outro exemplo recorrente é o de Antônio Torres Galvão, ex-pastor, advogado e sindicalista, que chegou a ser presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco e governador interino no estado (FREESTON, 1994, p. 35-36).

Outro fato importante a se considerar no campo político pelos pentecostais foi o crescimento das denominações que, conseqüentemente, gerou motivação pela concorrência entre as mesmas. Nas narrativas de Santana (2013): “A política passou a ser despercebida como meio cada vez maior para se fortalecer acesso à mídia, vista como essencial para a evangelização” (SANTANA, 2013, p. 83). Esses fatores citados são significativos em conjunto com a preocupação das lideranças pentecostais com a questão da liberdade religiosa. Talvez, essa preocupação é de fundamental importância para o convencimento dos fiéis a votarem nos candidatos apontados pelas lideranças.

Nas palavras de Mariano (2012, p. 30), foi exatamente nesse momento que a igreja adotou o lema “irmão vota em irmão, lançando e apoiando candidaturas de religiosos,” e, com esse *slogan*, os pastores tomaram gosto pela rampa do Congresso Nacional. Vejamos o que diz Mariano nos discursos dos pastores. Esses,

[...] Alegavam que era preciso eleger seus próprios representantes parlamentares para defender sua liberdade religiosa, evangelizar a política, proteger a família, a moral cristã e os interesses de suas igrejas, assim como para combater propostas antibíblicas, como a união civil e homossexuais, a discriminação do aborto e do consumo de drogas, entre outras (MARIANO, 2012, p. 30).

A postura de afastamento da política como algo mundano e até “diabólico” por parte da liderança pentecostal existia, mas não deixou de ter pastores corajosos em caminhar na Rampa do Congresso Nacional. Em 1986, com a ANC, é possível deduzir que houve uma mobilização geral, ou melhor dizendo, a institucionalização cujo mérito foi a adesão dos líderes mais conservadores ou a erupção do vulcão adormecido, pois a maneira que os pastores se lançaram na política, era de grupos preparados para o enfrentamento nas urnas, mesmo porque, eles, os pastores, sabiam sobre os números de suas membros, e isto, - os números de votos pentecostais -, iria gerar em futuro bem próspero e uma concorrência fortalecida entre os candidatos seculares.

Ademais, foi a partir do 1986, com a constituinte, que esses pastores passaram a ocupar cargos importantíssimos dentro do Congresso Nacional, ou seja, do apoliticismo escatológico passaram ao aparelhamento moralista diante da sociedade atual. Institucionalizou a política partidária pentecostal. Isto nos leva a crer que esses pastores iriam construir uma trajetória político-partidária expressiva no Congresso Nacional. Pierre Bourdieu, em seu livro “Sobre o Estado” (2014), suscita metáforas interessantes a respeito das dinâmicas laicas e religiosas, – apesar de Bourdieu não citar as questões religiosas propriamente ditas, este autor nos diz que o Estado existe “pelos efeitos e pela crença coletiva em sua existência” [...] na medida em que o Estado é uma entidade teológica [...]” (BOURDEIU, 2014, p. 36); ou seja, o Estado assim como a religião que só pode ser comprovada por intermédio das ações religiosas que revelam a crença coletiva em sua existência.

Assim, a transformação social e política conquistada pelos pastores brasileiros ao longo do tempo nos obrigam a pensar não mais em um “servo de Deus” cuidando de suas “ovelhas”. Ao contrário, estes pastores políticos instituem, normatizam e modificam as leis direcionadas a uma sociedade laica como homens públicos ou “políticos de Cristo”, como

se estivessem em suas igrejas, com discursos inflamados, em prol da moral, dos bons costumes, mas, na verdade, esses discursos são permeados pelos interesses partidários e particulares.

Diante do exposto, não se engane, o Congresso Nacional atualmente conta com **84** parlamentares evangélicos, sendo **82 deputados federais** e **2 senadores**, ou seja, a bancada cresceu 108% em apenas oito anos. Um aumento de fazer inveja aos mais tradicionais partidos políticos da República. Se fosse um partido, a representação evangélica seria maior do que o Parlamento, deixando para trás legendas como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

8 CURRAIS ELEITORAIS

Dessa forma, tanto a IURD quanto as ADs passaram a exercer uma enorme força política, funcionando como “currais eleitorais” entre os pastores-presidente e os seus fiéis, para apoiar os candidatos das igrejas, sempre protegidos pelo emblema da instituição, e assim rechaçar os que não pertencem às denominações evangélicas. Segundo Baptista, “[...] os interessados apresentam seus nomes ao conselho político, formado por pastores da absoluta confiança do presidente da igreja” (BAPTISTA, 2009, p. 197), e após uma seleção dos interessados à candidatura política, muitos são eliminados e os aprovados esperam a autorização da cúpula da igreja para autorizar a realização de uma votação secreta no colégio eleitoral dos pastores. Entre os critérios estão a visibilidade eleitoral, afinidade com os detentores do poder na igreja e a quantidade de candidatos que concorrem nas eleições. Além desses critérios, são observados também os partidos políticos e os números de votos que precisarão para elegê-los no futuro. As narrativas de Baptista (2009) no caso das ADs:

[...] o processo de escolha das candidaturas é feito da seguinte maneira: os interessados apresentam seus nomes ao Conselho Político, formado de pastores da absoluta confiança da igreja. Este conselho, que faz uma triagem dos pré-candidatos, elimina grande parte deles e leva os remanescentes para a cúpula da igreja autorizar a realização de um escrutínio no colégio, mas, principalmente, a finalidade do candidato com o grupo que detém o poder da igreja. Paralelamente, esse Conselho define a quantidade de candidatos que vai lançar e examina os partidos que a igreja poderá utilizar, com base em chances de cada legenda face ao quociente eleitoral para aquela eleição (BAPTISTA, 2009, p. 197).

Tanto é verdade que a representação maciça desses parlamentares religiosos forma a Frente Parlamentar Evangélica. Esses agentes unificam seus discursos religiosos em

defesa de seus valores subjetivos, numa perfeita sintonia entre religião e política. De certa forma, tentam incorporar seus valores subjetivos nas questões objetivas laicas. Além do crescimento numérico, os parlamentares evangélicos aprenderam a “operar na Casa”. Com 84 membros no Parlamento, eles atuam em 159 das 184 comissões permanentes ou temporárias do Congresso. A ordem é “detectar e atuar para bloquear iniciativas que possam afrontar o ideário conservador”.

Entre os males que os grupos de pastores evangélicos citam estão: (PL4211/12) a legalização da prostituição como atividade profissional; a legalização do aborto; (PL7187/14), liberação da maconha; (PL134/18) prisão para quem for contrário à ideologia de gênero; (PL9208/17) projeto escola sem religião; ideologia de gênero nas escolas; (PL5002), direito à mudança de sexo, etc.

Do exposto, candidatos a diversos cargos políticos, inclusive à presidência do Brasil (2018) – Marina Silva (assembleiana), com discurso laico não fala em nome da denominação, mas se veste tipicamente como crente; Jair Bolsonaro (atual Presidente, era católico e se batizou no Rio Jordão por um pastor), Cabo Daciolo (assembleiano), que ficou conhecido pelos discursos “divinos” etc., – fazem parte do rol das grandes igrejas pentecostais, servindo-lhes de currais eleitorais. Leonel Brizola (1922-2004), político famoso por suas frases, por volta do ano de 2000, ao observar o aparelhamento evangélico no Rio de Janeiro, chamou a atenção para a descrição de um governo mais discreto, diante desse clamor religioso que já estava acontecendo e que se consolidou publicamente na atualidade.

No dia 12 de agosto de 2018, o tradicional jornal paulista “O Estado de São Paulo” publicou a última reportagem de uma série intitulada “Os Donos do Congresso”. O objetivo desse periódico era justamente chamar a atenção dos seus leitores para as grandes forças político-corporativas no atual Congresso Nacional brasileiro. A série, rica em estatísticas e gráficos, destacou força das bancadas dos servidores públicos, do agronegócio, da bala e dos evangélicos. Ao contemplar os evangélicos, o jornal em questão, ressaltou “que o grupo é uma força em ascensão no Congresso Nacional” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2018).

Em pleno século XXI, o Estado brasileiro, se vê pressionado não só por interesses econômicos e políticos, mas também por forças religiosas dos “seguidores de Cristo”. O evangelista João, em seu texto bíblico declarou: “O meu reino não é deste mundo” (João 18:36). De certa forma, esta fala ecoou nos discursos dos pastores. Atualmente, a política se tornou o mundo e o reino dos líderes evangélicos. Descobriram que a política é boa e o poder é bom. Um exemplo atual ocorre nas campanhas políticas no Brasil, parece que não

estamos em busca de representantes políticos e sim, de representantes religiosos, com poderes mágicos para salvar a sociedade brasileira das mãos do “maligno”. O teólogo Fábio Py narra que,

[...] O pastor Silas Malafaia gravou um vídeo, dizendo que a eleição do Bolsonaro foi um milagre e ele é um “ungido de Deus para essa nação, e preparando o povo para um ‘momento drástico’ para que a ‘igreja triunfe’. No vídeo, o pastor indica que Bolsonaro governa por interferência de Deus, e quem está contra está condenado ao inferno. Chega ao ponto de argumentar que viriam de Satanás todas as críticas e contestação ao seu “escolhido”. É mais uma imagem que remonta a Cristo, o ungido, nesse caso, Bolsonaro o presidente “ungido” que vem sendo injustiçado por todos, pelo diabo (FABIO PY, 2019, p. 3-4)⁹.

Duas grandes denominações pentecostais, as Assembleias de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus, fizeram frente a essa “batalha” de resgate, de vitória, de uma nação religiosa, dentro dos liames tradicionais, dos bons costumes, boas famílias; esses discursos têm levado milhares de pessoas a proclamar suas convicções de verdade em nome de Jesus. Para milhares de brasileiros, o Brasil precisa ser resgatado das mãos “malignas” e somente um presidente religioso seria capaz de extirpar esses males. Burity (1997) nos chama atenção para dois traços da nova onda pentecostal no âmbito do comportamento político,

Primeiro, o foco individualista (personalista?) que caracteriza o *ethos* evangélico-conservador projeta sobre o espaço da política exigências e formas de enfrentamento de problemas de cunho moralizante e deposita, por sua vez, todas as fichas na capacidade de ação exemplar e avessa a compromissos e concessões de um líder. O segundo traço do novo comportamento político pentecostal é que, após décadas de passividade e rigorosa recusa da política – assumindo inflexivelmente a superposição das distinções público/privado, política/religião, estado/igreja -, os pentecostais lançam-se àquela a partir de 1986 escolhendo candidatos apoiados oficialmente pelas igrejas (inicialmente, a Assembleia de Deus) ou favorecendo explicitamente o voto corporativo [...] (BURITY, 1997, p. 75).

Alguns nomes de pastores ocupam cargos no Congresso Nacional ajudam-nos a compreender melhor a inserção do *homo religioso* político: deputado João Campos (PSDB-GO) desde 1996 é pastor da Assembleia de Deus e está em seu terceiro mandato como deputado federal, também é presidente da bancada evangélica e vice-líder do PSDB na Câmara. Além de pastor, João Campos também é delegado da Polícia Civil de Goiás e chegou a ser vice-presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil. Este pastor

⁹ Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Disponível em: <www.ihu.unisinos.br/78-noticias/589884-cristologia-cristofascista-de-bolsonaro?fbclid=IwAR2OEVgeRgvTVInYgFgFx7ECl64dHzC5aoQxQ1nZos>. Acesso em: 13 jun. 2019.

defende a proposta de mudança na Constituição (PEC-99) que prevê o direito às igrejas de contestarem leis junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) por meio de Arguição de Inconstitucionalidade (Adins), também é um defensor da "cura gay".

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a transformação social e política conquistada pelos pastores assembleianos ao longo dos tempos, se na década de 1980, o discurso dos pastores era pela luta da liberdade religiosa, pela defesa da moral e bons costumes. Essa bandeira ainda continua sendo levantada, pois é a razão de ser dos chamados “representantes” cristãos. No entanto, a cada eleição presidencial, os velhos “fantasmas” são ressuscitados. Paradoxalmente, enquanto a sociedade brasileira avança no debate sobre o aborto, identidade de gênero, liberalização das drogas, legalização dos jogos de azar e o casamento de pessoas do mesmo sexo, a bancada evangélica procura impor sua visão bíblica de mundo numa sociedade pluralizada e secular.

Os pastores assembleianos conquistaram um campo jamais imaginado há cem anos, o de “pastores políticos”. Quanto maior o público, mais visibilidade, o que gera novos acordos, novas possibilidades, novos cargos. Os Ministérios ADs são extremamente políticos. Nas eleições seculares, os candidatos que concorrem a cargos municipais, estaduais e presidenciais, têm os olhos fixos nesse público religioso. Por fim, os pastores da atualidade são homens de negócios, além de administrar suas redes de igrejas espalhadas por todo território nacional e no exterior, ainda são representantes do povo, nas questões políticas da sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA. Rio de Janeiro: King Cross Publicações, 2008. 1110 p. (Tradução de João Ferreira Almeida).

A SEARA, Rio de Janeiro, ano 4, n. 3, p. 28, out./dez. 1959. (Revista da Igreja Assembleia de Deus).

A SEARA, Rio de Janeiro, p. 26-27, 1962. (Revista da Igreja Assembleia de Deus).

ALENCAR, Gedeon. **Assembleia de Deus:** origem, Implantação e Militância (1911-1946). São Paulo: Arte editorial, 2010.

ALENCAR, Gedeon. **Matriz Pentecostal Brasileira: Assembleias de Deus (1911-2011)**. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2013.

BAPTISTA, Saulo. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil**. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BURITY, Joanildo A.; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2005.

CORREA, Marina A. O. S. **A operação do Carisma e o Exercício do Poder: a lógica dos Ministérios das Igrejas das Assembleias de Deus no Brasil**. São Paulo. 2012. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

CORREA, Marina A. O. S. **Alteração das Características Tradicionais da Igreja Assembleia de Deus: Um estudo a partir do bairro Bom Retiro em São Paulo**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – PUC São Paulo, São Paulo. 2006.

CORREA, Marina A. O. S. **Assembleia de Deus: ministérios, carisma e exercício de Poder**. São Paulo: Editora Recriar, 2 ed. 2018.

DANIEL, Silas. **História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil: os principais líderes, debates e resoluções do órgão que moldou a face do movimento Pentecostal Brasileiro**. CPAD, 2004.

ETZIONI, Amitai. **Organizações Complexas**. São Paulo: Atlas, 1973.

FILIPPINI, A. P. **Ser Evangélico: um panorama do movimento pentecostal**, PUC São Paulo, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRESTON, Paul. **Evangélicos na política: história ambígua e desafio ético**. Curitiba: Encontro Editora, 1994.

FRESTON, Paul. **Uma breve história do pentecostalismo brasileiro: interpretações sociológicas do Pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 67-159,

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006.

MARIANO, Ricardo. Deus é voto. **Revista da História da Biblioteca Nacional**, ano 8, n. 87, 2012.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VALASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2002.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa (ORG.) **Protestantes, Pentecostais & Ecumênicos: o campo religioso e seus personagens**. São Bernardo do Campo, São Paulo: Metodista, 2008.

MENSAGEIRO DA PAZ, Jornal. 1^a quinzena jul. 1966.

NIEBUHR, Helmut Richard. **As origens sociais das denominações cristãs**. São Paulo: ASTE, 1992. (Ciências da Religião).

O GLOBO, Jornal. ano 36, Rio de Janeiro, quarta-feira 28 de setembro, 1960. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/>. Acesso em: 22 nov. 2018.

PASSOS, João Décio. Teogonias urbanas: os pentecostais na passagem do rural ao urbano. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 4, p. 120-128, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9759.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

PY, Fábio. **Cristologia cristofascista de Bolsonaro**. Instituto Humanitas Unisinos – IHU. 2019. Disponível em: www.ihu.unisinos.br/78-noticias/589884-cristologia-cristofascista-de-bolsonaro?fbclid=IwAR2OEVgeRgvTVInYgFgFx7ECl64dHzC5a0QxQ1nZ0s. Acesso em: 13 jun. 2019.

VEJA SÃO PAULO, Revista. São Paulo, ano 46, n. 3, 16 jan. 2013.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2006.

Recebido em: 30.04.2019

Aprovado em: 13.07.2019